Síntese Nº 37 (1986) – Pág. 119-125

BIBLIOGRAFIA

Antonio Barros de Castro, Francisco Eduardo Pires de Souza, *A Economia Brasileira em marcha forçada*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, 217 pp.

O "modêlo" brasileiro de crescimento, o "milagre" da rápida industrialização já foi celebrado ou criticado por muitos autores. Um ponto parece ser aceito por todos: aos "trancos e barrancos" o país deu um salto que o afastou definitivamente do pelotão numeroso dos "subdesenvolvidos", dos "agro-exportadores", dos "dependentes", dos "periféricos". Ele agora faz parte de um grupo menos numeroso, mais seleto, melhor ainda, ele é o chefe de fila, o protótipo, o "abre-alas" dêste grupo que se chama "Novos Países Industriais". Aparecem então citações embevecidas com índices variados que podem se resumir em uma só frase: o Brasil é a oitava economia do mundo ocidental dispondo de uma tecnologia extremamente sofisticada, produzindo e exportando não só café, açucar, soja, cacau, mas, armas, automóveis, computadores, sapatos, televisores, máquinas agrícolas, etc., etc. Esta exportação se faz quer a países menos industrializados, mas até mesmo à Europa e Estados Unidos da América. Claro que ao lado do embevecimento surgem várias vozes discordantes, Cassandras, que com clarividência destoam do côro dos entusiastas. Basta citar alguns títulos de livros recentes para indicar a dominante: "os despossuidos: crescimento e pobreza no país do milagre". "O grande salto para o caos": "Economia: milagre e anti-milagre". "Os mitos de uma década"; "O colapso de uma aliança de classes".

Como situar o recente livro de Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo de Souza nesta vasta literatura? Antes de mais nada se impõe uma delimitação: os autores não se propõem a fazer um vasto estudo da economia política e da política econômica do regime autoritário. Desejam em três breves capítulos analisar, o ajustamento e transformação da economia brasileira de 1974 a 1984 (autor, Antonio Barros

de Castro), as metamorfosesdo endividamento (autor, Francisco Eduardo Pires de Souza), o limiar do crescimento: problemas e pseudo-problemas (Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza). Não vamos discutir todos os aspectos da argumentação dos autores, mas desde logo é importante sublinhar o objetivo do trabalho: demonstrar que as drásticas mudanças da economia brasileira em 1983/1984, mudanças que situam o Brasil neste ano de 1986 numa nova posição na Economia Internacional, não se devem a medidas recentes de tipo monetarista, fiscal, de salário ou câmbio. A explicação deve ser buscada na opção feita em 1974 no sentido de não deter e sim vigorosamente redirecionar a expansão em curso da Economia. A "estatização" da economia, um novo tipo de substituição de importações (que se verifica predominantemente no campo de insumos básicos e, em menor medida, no setor de bens de capital), o redirecionamento forçado dos investimentos, são alguns elementos desta "estratégia de 74". Estas transformações estruturais da economia, examinadas sobretudo por Antonio de Castro no primeiro capítulo do livro, no dizer do autor, "não são de interesse meramente acadêmico. Concretamente, se forem corretas as idéias aqui defendidas, o país tem hoje, diante de si, um horizonte de possibilidades muito mais amplo do que comumente se supõe... No tocante à retomada do crescimento, por outro lado, a estrutura econômica que emerge das recentes transformações permitiria a definição de caminhos até aqui não trilhados, seja no que se refere à inserção do país na economia internacional, seja no que toca à extensão aos trabalhadores dos frutos da industrialização". (pg. 14-15)

Trocando em miudos: não se pode negar que uma das características mais visíveis, impressionantes e atuais do Brasil é o contraste entre o crescimento econômico e a exploração e miséria em que vive grande parte da população. Os jornais no mesmo momento em que noticiavam os êxitos do choque heterodoxo na luta contra a inflação (meiados de Abril 86) publicaram resumos e comentários ao trabalho do professor Helio Jaguaribe, "Para um novo pacto social". E os dados se alinham numa quase monotonia: nenhum país do mundo apresenta graus de heterogeneidade e de iniquidade sociais tão acentuados como o Brasil. Mencione-se, apenas, que 1/3 das famílias brasileiras vivem em nível de miséria, assim entendida a condição daquelas em que o ingresso familiar é inferior a um salário mínimo, condenando-as a um estágio de crônica subnutrição. Por outro lado, 1/4 das famílias se situa em nível de estrita pobreza, com rendimentos de um a dois salários mínimos, suficientes apenas para atender a suas necessidades nutricionais, não lhes proporcionando, praticamente, nenhum acesso ao consumo dos bens da sociedade industrial. Essa situação de misé-

ria e pobreza, que afeta cerca de 65% dos brasileiros, se exprime pela enorme concentração da renda, nas camadas superiores, e por seu terrível achatamento para as inferiores. Os 50% mais pobres do Brasil têm acesso, apenas, a cerca de 13% da renda. Os 5% mais ricos a 33%. O 1% do topo, a cerca de 13%, ou seja, tanto quanto metade mais pobre do país. (Helio Jaguaribe, *Brasil 2000*, Folha de S. Paulo, Domingo 13 de Abril de 1986, 1º caderno pg. 3)

Nas primeiras páginas do livro que comentamos aparece um claro reconhecimento dêste fato: "é bem verdade que a moderna estrutura econômica de que o país dispõe, completou-se em meio à queda dos salários, ao crescimento do desemprego, e à ocupação das ruas e praças pela mais chocante miséria. "(pg. 9) No entanto o autor cuidadosamente faz uma distinção entre estratégia econômica e regime político: "o que há de condenável no período em foco não decorre das diretrizes econômicas estabelecidas em 1974, e sim do regime político vigente" (pg. 46). Esta distinção não impede o autor de reconhecer que as taras do autoritarismo contaminaram em maior ou menor medida tudo o que ocorreu no período. O próprio plano de desenvolvimento emanou de uma estrutura tecno-burocrática sem apoio, mobilização ou participação popular. Esta falta de respaldo político em participação popular foi de elevado custo, acrescentando-se a isto a corrupção e a impunidade tão caracteristicas dos ambientes autoritários. Enfim o fracasso da chamada estratégia social, de acôrdo com a qual seria necessário "realizar política redistributiva enquanto o bolo cresce". Nada disto, porém impediu que o essencial do II PND tenha, em grande medida, se realizado. (pg. 46 e ss.)

Cremos que uma das contribuições mais originais do livro de Antonio Castro e Francisco de Souza é escapar aos clichés fáceis que confundem numa "noite em que todos os gatos são pardos": denúncias morais, intenções subjetivas, efeitos bons ou perversos de uma ação social, relações sociais de produção, intenções e intervenções políticas. Assim muitas análises que se querem rigorosas nada mais são que a repetição monótona de uma série de etiquetas que se aglomeram naquilo que Pierre Bourdieu chamou, com muita propriedade, o "funcionalismo do pior": o país vai muito mal por culpa do "sistema", das "estruturas", êle foi construido segundo o "interesse dos poderosos", das "alianças de classes".

Em ciências sociais os paradigmas mudam frequentemente, devemos, sem cair no puro nominalismo, nos lembrar das análises tão pertinentes de T.S. Kuhn em seu clássico volume, *The structure of scientific revolutions*, (Chicago, University of Chicago Press, 1970) e das declarações de Noam Chomsky, "En science, il va de soi que les idées vont

changer: cela veut dire que vous apprenez quelque chose. Vous ne faites pas de déclarations que vous conservez intactes pendant toute votre vie. Au contraire, dans les sciences sociales, les positions sont souvent personnalisés. Quand vous avez pris une position, vous devez la défendre quoi qu'il arrive. Cela devient une question d'honneur personnel que de ne pas changer, c'est-à-dire de ne rien apprendre: on vous accuse de vous réfuter si vous modifiez votre position". (Noam Chomsky, *Dialogues avec Mitsou Ronat,* Paris, Flammarion, 1977, pg. 179). Alain Lipietz em um livro recente, *"Mirages et miracles"* (Paris, La découverte, 1985) em que tenta analisar a industrialização do terceiro mundo utilizando de maneira inovadora uma série de conceitos como acumulação, regulação, fordismo, valorização, emite um aviso de cautela: "prévenons-en donc fermement le lecteur: mieux vaut brûler ce livre sans le lire, si le souvenir de sa lecture doit se reduire à une nouvelle collection d'étiquettes à coller sans examen minutieux sur les nations réelles, sur les rapports internationaux réellement existants". (pg. 9)

Os conceitos, teorias, hipóteses em ciências sociais são instrumentos que nos auxiliam a melhor conhecimento da realidade, mas se os conceitos se transformam num *a priori* absoluto, numa espécie de única peneira analítica através da qual são passadas todas as situações concretas, êles podem em sua rigidez deformar a visão de certos processos sociais e pior ainda ser incapaz de compreender as mudanças econômicas e sociais. Com muita propriedade, e em outro contexto, P. Henrique Lima Vaz fala de como certos intelectuais estudando a realidade latino-americana não levam a cabo uma análise em nível técnico dessa mesma realidade, "utilizando um instrumento conceptual de categorias marxistas. Essas lhe tombaram sob os olhos prontas e acabadas na leitura de textos já consagrados e, de certo modo, ritualizados, e delas resultou essa koiné marxizante que passou a ser a linguagem proclamada cientifica das suas aspirações e opções, e o *schibbolet* da sua identidade intelectual". (Henrique C. Lima Vaz, *Cristianismo e pensamento utópico, Síntese*, N.º 32, volume X, Setembro-Dezembro 1984, pg. 9)

Esplêndida crítica de trabalhos de cópia que esquecem algumas das lições fundamentais do autor do *Capital* que tentava apreender uma rica totalidade de determinações e relações diversas.

O grande mérito do presente livro é escapar, em primeiro lugar, a vulgata neo-literal que até hoje continua a crer cegamente numa economia "livre" de mercado. (Ver páginas 42, 43, 81) Mas também não se incorpora à uma grande e heterogênea frente, englobando cepalinos

arrependidos, dependentistas, adeptos de teconologias alternativas... que tem por traço comum a denúncia dos resultados obtidos pela industrialização na América Latina. (Ver página 80)
Evitando as simplificações e dogmatismos destas duas posições os autores não tombam na armadilha do ecletismo, da conciliação metodológica insignificante, em suma, no tipo de argumentação que querendo agradar a todos não agrada a ninguem. Ao contrário, a análise é extremamente rigorosa, original, concreta, histórica, engajada. Basta mencionar como na conclusão do livro, ao falar do processo inflacionário brasileiro os autores afirmam que para detê-lo não basta uma reforma monetária bem sucedida, mas à reforma monetária deveria somar-se uma política de rendas, visando assegurar e ordenar o crescimento dos salários reais. (pg. 217)

Rompendo com uma série de ortodoxias os autores creem que o processo de crescimento econômico a partir de 74 implicou profundas mudanças estruturais que fazem do Brasil um caso a parte entre os NPI. Basta comparar nosso crescimento econômico com os do México, Argentina e do "bando dos quatro" (Hong Kong, Coréia do Sul, Singapura, Formosa). Em nível de estrutura, bem como de seus elementos a economia brasileira encontra-se preparada para o crescimento, em uma situação de maior autonomia,, maior controle de recursos. Comparando as economias mexicana, argentina e brasileira face a certos problemas agudos como endividamento externo, processo inflacionário, custo de energia, pode-se observar como o "modêlo" brasileiro melhor enfrenta estes problemas, isto sobretudo devido à "estratégia de 74". Porém os obstáculos ao crescimento econômico e mais ainda ao desenvolvimento social persistem e podem constituir processos capazes de conter ou abortar a expansão econômica. Sob forma de conclusão mencionaremos brevemente dois, o primeiro dos quais é sugerido pelos autores.

Edmar Bacha em *"Os mitos de uma década"*, descreve em um capítulo o *"Reino de Belindia"* (uma fábula para tecnocratas). A alusão é tão clara que dispensa explicação, mas o problema é o seguinte: até que ponto os privilegiados de Belindia continuarão a usufruir os frutos do crescimento ignorando ou fingindo ignorar a imensa India que os cerca e que tambem lhes possibilita o gozo de todos esses benesses? A questão não é retórica, nem fruto de uma simples indignação moral mas se origina de uma constatação admitida pela maioria dos cientistas sociais: há uma correlação entre regimes de acumulação e modos de regulação. Determinados regimes de acumulação e crescimento econômico devem ser acompanhados por modos de regulação implicando mudanças radicais quanto às condições de reprodução da

fôrça de trabalho (habitação, transporte, saúde, educação, alimentação, eliminação da miséria absoluta). A exigência destes modos de regulação não é apenas de natureza ética, mas constitue condição necessária à própria reprodução do regime de acumulação. Nos limites desta pequena resenha não podemos ir além do diagnóstico e mesmo com o perigo de passar por alguém que está "arrombando portas abertas" vamos repetindo o óbvio, que por muito tempo não parece tão óbvio para muitos.

O segundo obstáculo é constituido pelo problema agrário. A reforma agrária evidentemente é uma condição necessária mas não suficiente para o desenvolvimento social. Qualquer estudo comparativo de modêlos históricos de desenvolvimento mostrará que a "modernização" da agricultura constituiu base fundamental para melhor eclosão das potencialidades existentes nas diversas sociedades. Dois exemplos apenas: na Inglaterra e Europa Ocidental a "modernização" agrícola foi prévia à Revolução Industrial. Basta ler qualquer livro de história das transformações socio-econômicas da Europa nos séculos XVIII, por exemplo os estudos de Hobsbawn, para verificar que as transformações do campo através de métodos mais complexos de utilização do solo, de seleção das variedades vegetais mais produtivas precederam a grande transformação da manufatura à indústria. O mesmo acontece no Japão em 1868, a agricultura já era uma das mais intensas e produtivas do mundo. Antes da utilização de adubos químicos a primazia foi dada a adubos vegetais e de origem animal. Esta "modernização" se fez utilizando sobretudo recursos locais visando a autosuficiência e não importando tecnologias dispendiosas nas primeiras fases de desenvolvimento.

Alguém dirá: o que tem a ver o Brasil de 1986 com o Japão, Europa Ocidental e Inglaterra do século XIX? Poderíamos responder com o aforisma irônico de Marx: "Hegel faz notar algures que todos os grandes acontecimentos, todas as grandes personagens da história se repetem por assim dizer duas vezes. Esqueceu-se de acrescentar da primeira vez, como tragédia, da segunda como farsa"(K. Marx, *Textos filosóficos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1975, pg. 59). Mas, deixando de lado, aforismas de conteúdo mais provocador do que de rigorosa análise científica, devemos observar que um dos elementos fundamentais-além das crises e mudanças sociais-para a análise científica em ciências sociais é o estudo das regularidades que se manifestam nas relações sociais. Além disto se pode constatar a persistência de diversos aspectos da estrutura agrária brasileira que constituem setores de forte tensão social. Além de caracterizar o tamanho da propriedade e a evolução do emprego na agricultura, é necessário avaliar o

sistema de propriedade. Como bem observa Fernando H. Cardoso: "A "posse" foi e é um instituto comum no nosso sistema fundiário. A indefinição da propriedade, a ocupação das terras devolutas, a instabilidade da posse, somadas aos processos recentes da presença da grande propriedade capitalista nas áreas de fronteira configuram um quadro social tenso. A ele soma-se a instabilidade do emprego: arrendatários, bóias-frias, posseiros e um sem número de categorias de trabalhadores flutuam no espaço delineado pelo latifúndio, pela empresa produtiva, pela produção familiar e pelo minifúndio" (Fernando Henrique Cardoso, *A democracia necessária*, S. Paulo, Papyrus 1985, pg. 91)

Concluindo, o valor do livro de Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo de Souza é mostrar que já foram superados grandes obstáculos estruturais no processo de crescimento econômico e de industrialização no Brasil e neste sentido a análise rigorosa que nos oferecem constitue um bom antídoto aos ufanismos simplórios e ao funcionalismo do pior. Uma questão permanece: seremos capazes de continuar a ação? As condições materiais para o grande salto aí estão, mas os obstáculos não são pequenos. A reflexão trágica de Antonio Gramsci, em suas *Notas do cárcere*, aparece com toda a força de uma asserção e um desafio: "A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno, aparece uma grande variedade de sintomas mórbidos".

Raymundo Ozanam de Andrade